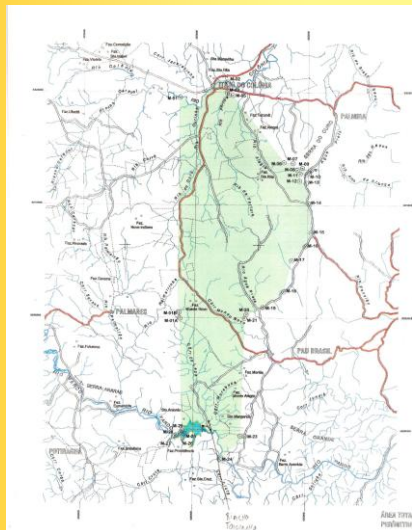


A TI Caramuru- Catarina - Paraguaçu do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe com 54.105 hectares, se localiza no sul do estado da Bahia há cerca de 530 km de Salvador, incrustada nos municípios de Pau Brasil, Itajú do Colônia e Camacan. A maior parte do território encontra-se ainda invadida por fazendeiros de gado e cacau, que detêm o poder político e econômico da região. Os Pataxó ocupam apenas cerca de 20% do seu território tradicional.



POVO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

- População Atual: 4000 indígenas
- Tronco Lingüístico: Macro-Jê
- Situação da Terra: Demarcada em 1938, com base na lei nº. 1.916, encontra-se invadida por fazendeiros de gado e cacau;
- Área Territorial: 54.105 hectares, estando em posse dos indígenas cerca de 17.500hectares.
- Situação Jurídica: Área em litígio, aguardando o final do julgamento da Ação de Nulidade de Títulos e Propriedades pelo Supremo Tribunal Federal.
- Economia: Roças de subsistência, cacau, hortaliças, gado, e comercialização de artesanatos.

Esta campanha pode muito bem ser definida com um texto do antropólogo Ordep Serra, ainda em 1985, mas ainda atual sobre a situação dos Pataxó Hã-Hã-Hãe:

"São bem conhecidas as trajetórias heróicas dos judeus e dos ciganos, que, na Europa civilizada, ultrapassaram a Inquisição e, mais recentemente, o nazi-fasismo. Igualmente notória é a luta de etnias africanas contra a segregação e a usurpação de terras que lhes são impostas pelo regime "apartheidista" da África do Sul. E assim, inúmeros casos de práticas etnocidas e genocidas se fazem ainda presente por todo o mundo.

Em nosso próprio país, o passado e o presente trazem marcas não menos chocantes de tentativas de extermínio de povos. Dentre tantos casos, a história dos índios da Reserva Paraguassu-Caramuru tem se sobressaído, tanto pela notável capacidade de resistência desse povo, como pela profusão de atos ilegais, de violência e corrupção patrocinados pelo poder econômico vinculado à grilagem.

É pretensão desta campanha é esclarecer a opinião pública sobre os problemas e os direitos dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, de modo que todos possam compreender e apoiar a luta deste povo.

Após 26 anos de espera, o Supremo Tribunal Federal, iniciou o julgamento. O ministro relator do processo, Eros Grau, reconheceu o direito dos indígenas à terra e considerou os títulos nulos. Após o voto do relator, o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito pediu vistas do processo, adiando a conclusão do julgamento

***PARTICIPE
DIVULGUE
APOIE***

Assista ao julgamento pelo site:

http://www.tvjustica.gov.br/assista_online.php

Acompanhe todo o processo:

<http://www.stf.gov.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=312&classe=ACO&origem=AP&recurso=O&tipoJulgamento=M>

CAMPANHA DE APOIO E SOLIDARIEDADE AO POVO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE



Foto: Cacique Samado Santos
(arquivo Cimi Nacional)

**"Eu sirvo até de adubo para
nossa Terra, mas dela não saio"**

(Samado Santos- Cacique Pataxó Hã-Hã-Hãe)

NOSSO MANIFESTO

Nós, índios Pataxó Hã-Hã-Hãe vimos a público expor nossa expectativa e preocupação no que se refere a **Ação Cível Originária (ACO312-1BA)** de Nulidade de Títulos Imobiliários, que há 27 (vinte e sete) anos tramita no **STF - Supremo Tribunal Federal**, e que, finalmente, teve o início do julgamento no dia 24 de setembro de 2008.

Nosso território possui uma área de 54 mil e 105 hectares e está localizado entre os municípios de Pau Brasil, Camacan e Itajú do Colônia no sul da Bahia. A demarcação inicial foi feita com fundamento na Lei estadual n. 1.916 de agosto 09 de 1926, mas a delimitação se efetivou somente em 1937.

Em 1940, o Instituto do Arrendamento de Terras Indígenas instituído pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) desconsiderando nossos direitos, passou a favorecer, com arrendamentos, os grandes fazendeiros de cacau e gado da região sul do Estado. Tais arrendamentos visavam, principalmente, a ocupação das terras pelos não-índios, e ocorreu de forma violenta, com espancamentos, perseguições e mortes dos que não concordavam em desocupar a área, fazendo com que fossem expulsos para as periferias das cidades vizinhas, fugindo a cada ataque dentro do próprio território e até para outros estados vivendo, muitos, em estado de mendicância. Não obstante, jamais abandonamos a nossa **Mãe Terra**, mas sim, apenas resistimos.

Nas décadas de 60 e 70, mais precisamente em 1976 e 1980 os governos de Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos, sob a alegação de que não havia mais índios na região, oficializaram esta invasão e a violência contra o nosso povo, com a distribuição de títulos imobiliários aos grileiros, atualmente fazendeiros de má-fé.

Com a retomada da luta pelo nosso território em 1982, a FUNAI - Fundação Nacional do Índio - ajuizou a **ACO312-1 BA**, figurando todos os invasores como réus por se tratar de posse precária, inclusive, o Estado da Bahia, em decorrência da ingerência de seus governadores respectivamente. Ressaltamos que em virtude disso a violência cresceu, pois os réus insistem em violar as nossas garantias previstas nos artigos 231§ de 1ª a 7ª e 232, e, sobretudo, a nossa dignidade humana, art. 1º, III, todos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, causando a morte de mais de 20 lideranças que lutavam pela terra, entre elas: **Antônio Júlio da Silva** (1983), **Jacinto Rodrigues** e **José Pereira** (1986), **Djalma Souza Lima** - que antes morrer foi barbaramente torturado - (1988), **João Cravim** - irmão de Galdino - (1988), **Galdino Jesus dos Santos** - que foi covardemente queimado vivo por jovens de classe/alta em Brasília - (1997), **Raimundo Sota** (2002), **Aurino Pereira dos Santos** (2007).

Todas essas mortes, com exceção a de Galdino (devido a grande repercussão na mídia), não foram elucidadas por parte das autoridades. Os suspeitos nunca foram intimados e muito menos processados ou condenados, apesar dos fortes indícios apontarem claramente os autores.

A sensação que temos é que estamos há 509 anos atrás, quando o extermínio era claro e nada se fazia porque diziam que não éramos humanos. Depois de tantos séculos, as atrocidades continuam e praticamente nada é feito para punir os exterminadores.

Nossos antepassados tomaram na defesa do nosso território, morreram com a esperança de um dia esta Ação de Nulidade de Títulos seria julgada e a justiça iria se concretizar.



“Por que fizeram isto comigo, Eu só queria minha Terra de volta”

(Galdino Pataxó, queimado vivo em Brasília quando lutava pela resolução da suas terras.)



A CULTURA PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

A cultura Pataxó Hã-Hã-Hãe é marcada pelas pressões e violências sofridas ao longo desses quinhentos anos, praticada contra nosso povo pela sociedade nacional. Desde o momento da pacificação e do aldeamento forçado pelo SPI - Serviço de Proteção ao Índio, nossa organização social foi se desagregando e nossas vidas submetidas a normas burocráticas e administrativas do funcionamento do Posto Indígena.

Apesar desse quadro permanente de desestruturação sócio-cultural, que levou à perda de nossa língua e ao abandono forçado de muitas tradições culturais, forjamos vários processos de resistência, reafirmados após a retomada de 1982.

É a partir da luta pela terra que temos fortalecido nosso processo de afirmação étnica e recuperação ambiental, buscando não só garantir o nosso espaço produtivo, mas sobretudo de recriação do nosso universo simbólico a partir da relação terra-mãe, território-nação.

Embalados pelos sons dos nossos maracás e dos cantos religiosos, o nosso povo realiza a "Dança do Toré", ritual lúdico que marca os acontecimentos importantes da aldeia ou no sentido religioso, quando são invocados os "encantados", espíritos ancestrais que vêm à terra para aconselhar e curar os membros da comunidade. Para sua realização, nos enfeitamos de pinturas e vestimentas (cocares, tangas, anéis, colares), numa harmonia de comunicação entre o mundo dos homens e o mundo sobrenatural.



É esta projeção ao futuro que nos torna capazes de enfrentar todas as dificuldades no presente, alicerçados na memória histórica preservada pelos nossos anciãos.